

CONTATO COM A MÍDIA: press@worldjusticeproject.org

Brasil ocupa a 83ª posição entre 142 no Índice do Estado de Direito

- O 2023 WJP Rule of Law Index® constata que o Estado de Direito sofreu um declínio globalmente pelo 6º ano consecutivo
- Os direitos humanos sofreram uma deterioração em 3 de 4 países desde 2016
- Regionalmente, a classificação do Brasil sofreu uma decaída, ocupando a 19ª posição entre 32.

WASHINGTON (25 de outubro de 2023) – O Estado de Direito voltou a ser impactado na maioria dos países neste ano, de acordo com o [Índice do Estado de Direito do World Justice Project \(WJP\) de 2023](#).

Este é o sexto índice consecutivo que indica a existência de declínios globais no Estado de Direito. Somente neste ano, o Estado de direito sofreu uma queda em 59% dos países pesquisados, inclusive no Brasil.

Desde 2016, o Estado de direito teve uma queda em 78% dos países analisados. O fator do Estado de Direito a ter o seu maior impacto entre 2016 e 2023, de 77% nos países, foi justamente os Direitos Fundamentais, inclusive no Brasil.

Nos últimos sete anos, as pontuações do Índice para Restrições aos Poderes do Governo decaíram em 74% dos países inclusive no Brasil. Em todo o mundo, os órgãos legislativos, judiciais e a sociedade civil, incluindo os meios de comunicação social, sofreram um declínio na aferição do poder executivo, conforme atestado pelo Índice.

Estas e outras tendências autoritárias prosseguiram em 2023, mas estão desacelerando e sofrendo o seu declínio em menos países entre 2022 e 2023 do que nos anos anteriores.

As restrições aos poderes governamentais caíram em 56% dos países, em comparação com 58% em 2022 e 70% em 2021. Da mesma forma, uma maioria pequena destes países registraram um declínio geral do Estado de Direito neste ano (59%) em comparação com os dois últimos (61% e 74%).

Uma pequena maioria de países (56%) também registrou novamente um declínio nos direitos fundamentais este ano, em comparação com 2022 (66%).

Por outro lado, agora, o declínio no funcionamento dos sistemas judiciais está aumentando.

Dois terços dos países (66%) viram as suas classificações no Índice da Justiça Civil decair neste ano, que foi um aumento dos 61% dos países no ano passado inclusive no Brasil. Os principais culpados foram os quesitos mais atrasos na provisão da justiça e uma aplicação mais fraca. Enquanto isso, as pontuações para Justiça Criminal também sofreram um declínio em mais alguns países neste ano (56%) do que no ano passado (55%).

“O mundo continua dominado por uma recessão do Estado de Direito particularizado por excessos causados pelo poder executivo, restrições aos direitos humanos e sistemas judiciais que não conseguem satisfazer as necessidades das pessoas”, conforme afirmado pelo **Cofundador e Presidente do WJP, William H. Neukom**. “As pessoas em todo o mundo estão pagando o preço.”

O Estado de Direito no Brasil

O Brasil ocupa a 83ª posição entre 142 países em todo o mundo.

A nível regional, o Brasil ocupa a 19ª posição entre 32 países da América Latina e do Caribe*. O Uruguai (classificado em 25º lugar entre 142 países globais) ocupa a posição de melhor desempenho na região, seguido pela Costa Rica e pelo Chile. Os três países com as pontuações mais baixas na região são Nicarágua, Haiti e Venezuela (142º lugar no mundo).

No último ano, 18 dos 32 países sofreram deterioração na América Latina e no Caribe. Destes 18 países, 16 também haviam sofrido deteriorações no ano anterior.

Entre os países de renda média-alta, o Brasil ocupa a 26ª posição entre 41.**

Classificações e tendências globais

Globalmente, o país com melhor classificação em 2023 em termos do *Índice do Estado de Direito do WJP* é a Dinamarca, seguida pela Noruega, Finlândia, Suécia e Alemanha. O país com a pontuação mais baixa é a Venezuela, seguida pela Camboja, Afeganistão, Haiti e a República Democrática do Congo.

Classificações do Índice do Estado de Direito do Brasil medido pelo WJP

Pontuação geral em termos de classificação global: 83/142

Pontuação geral na classificação regional: 19/32

Classificações da pontuação de fator:

FATOR	CLASSIFICAÇÃO GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO REGIONAL*	CLASSIFICAÇÃO DE RENDA**
Restrições aos Poderes Governamentais	78/142	19/32	21/41
Ausência de Corrupção	81/142	18/32	27/41
Governo Aberto	41/142	6/32	5/41
Direitos Fundamentais	91/142	25/32	31/41
Ordem e Segurança	120/142	25/32	36/41
Aplicação Regulatória	76/142	17/32	20/41
Justiça Civil	84/142	18/32	26/41
Justiça Criminal	114/142	21/32	34/41

(1 é a melhor posição nas classificações do Índice do Estado de Direito do WJP)

Para ver o desempenho do Brasil em todos os 44 subfatores medidos pelo Índice, visite: <https://www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/country/2023/Brazil>

Explore as classificações e conclusões completas do Índice de Estado de Direito de 2023 do World Justice Project (WJP) em: www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/.

###

- Pesquise o comunicado de imprensa global e todos os comunicados de imprensa de 142 países classificados por região [aqui](#).
- Acesse o Índice do Estado de Direito 2023 do WJP na íntegra e o livreto "Insights" [aqui](#).
- Consulte gráficos (classificações regionais, classificações globais e mapas comparativos) [aqui](#).

CONTATO COM A MÍDIA E PEDIDOS DE ENTREVISTA:

press@worldjusticeproject.org

SOBRE O ÍNDICE DO ESTADO DE DIREITO DO WJP:

O [Rule of Law Index® do World Justice Project \(WJP\)](#) é a principal fonte mundial de dados originais e independentes sobre o Estado de Direito. Atualmente, o Índice abrange 142

países e jurisdições e está fundamentado em mais de 149.000 pesquisas domiciliares e 3.400 pesquisas com advogados e especialistas de modo a aferir como o Estado de Direito é vivenciado e percebido em todo o mundo. O Índice é publicado anualmente desde 2009 e está sujeito a uma metodologia rigorosa além de ser usado por governos, organizações multilaterais, empresas, universidades, meios de comunicação social e organizações da sociedade civil em todo o mundo para avaliar e preencher lacunas no Estado de Direito.

Sobre o World Justice Project:

O World Justice Project (WJP) é uma organização independente, apartidária e multidisciplinar que trabalha para a geração de conhecimento, conscientização e estímulo de ações na promoção do Estado de Direito em todo o mundo.

Um Estado de Direito eficaz reduz a corrupção, combate à pobreza e as doenças e protege as pessoas de injustiças majoritárias e minoritárias. Ele apoia o desenvolvimento, um governo responsável e o respeito pelos direitos fundamentais, além de ser a base para comunidades de justiça, saúde, oportunidades e paz.

O World Justice Project define o Estado de Direito como um sistema durável de leis, instituições, normas e compromisso comunitárias que proporciona: responsabilização, leis justas, governo aberto e acessibilidade à justiça. Saiba mais sobre esses quatro princípios universais e o nosso trabalho acessando o: www.worldjusticeproject.org.

*Países e jurisdições medidos na região da América Latina e do Caribe: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela

**Países e jurisdições com rendimento médio-elevado: Albânia, Argentina, Bielorrússia, Belize, Bósnia e Herzegovina, Botsuana, Brasil, Bulgária, China, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, Gabão, Geórgia, Granada, Guatemala, Guiana, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão, Kosovo, Malásia, Maurício, México, Moldávia, Montenegro, Namíbia, Macedônia do Norte, Paraguai, Peru, Rússia, Sérvia, África do Sul, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Tailândia, Turquia, Venezuela